

A crise do Estado — 16

ESTADO DE SAO PAULO

A grande crítica que se fez aos Paramentos nos anos 50 e 60, quando ainda se discutiam questões relacionadas com o planejamento democrático da sociedade, foi a de que eles não tinham capacitação técnica para cuidar dos problemas de governo, tal condição se concentrando no Executivo, que tinha a seu dispor múltiplos escritórios e agências especializadas a fornecer-lhe informações. Talvez para responder a esse tipo de crítica, cuidou-se no Brasil de dotar deputados e senadores de assessores.

Pelo que minha experiência das queixas de muitos deles permite concluir, o compadrio que presidiu a nomeação de muitos assessores quase inviabilizou a instituição do assessor. Ela vem passando por profunda reforma na medida em que já se instituiu concurso público para as assessorias. Ainda assim, não se pode dizer com certeza que o Legislativo esteja capacitado a decidir sobre as questões eminentemente técnicas com que se defronta o Executivo quando pretende executar uma política de governo (se é que também o Executivo tem condições de decidir sobre questões técnicas).

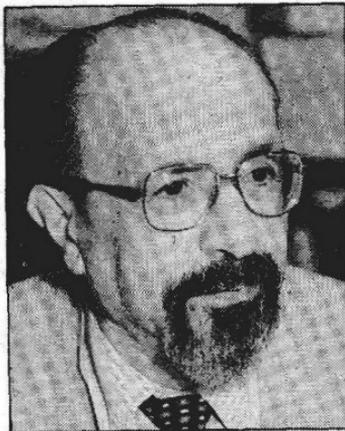
O Congresso brasileiro, enquanto instituição, tem consciência de suas debilidades.

Tanto tem que, na apreciação das questões mais controvertidas, as comissões técnicas da Câmara ou do Senado realizam audiências públicas para as quais são chamados especialistas do setor e interessados nas medidas a serem votadas, a fim de esclarecer o relator do projeto e seus companheiros de comissão.

Esse registro serve para mostrar que o Legislativo não está, enquanto tal, aparelhado para enfrentar os desafios da realidade, nem tem condições (na democracia representativa deveria tê-las) de elaborar uma política de governo em conjunto com o Executivo. Com isso, como diria um pensador inglês, corre-se o risco de elaborar políticas pelo método participativo — em que os interessados decidem, como está ocorrendo agora no caso da reedição da medida provisória sobre a readmissão dos demitidos por

Collor — que é todo o contrário de governo como se entendia a expressão até recentemente.

Essa questão, a do preparo técnico dos representantes e seus assessores para cuidar dos múltiplos assuntos que reclamam, se não solução, ao menos normatização no trato delas, liga-se a outra, que agora ocupa o primeiro plano das cogitações de muitos: o da produtividade do Congresso. O problema não é novo, tanto assim que na Constituição de 1988 se procurou encontrar solução para a questão de fundo, sem se tocar na que se diria ser adjetiva, que é a do enorme poder que os líderes têm, ao mesmo tempo que não têm — pois quando se vai à votação em plenário, líder algum tem certeza de que seus "liderados" o



■ Oliveira S. Ferreira é diretor do "Estado"

O Congresso brasileiro, enquanto instituição, tem consciência de suas debilidades

seguirão. A questão de fundo é a da rapidez na votação dos projetos, evitando que passem a dormir nas gavetas das comissões. Muitos leitores se recordarão de que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (5.024/61) foi discutida durante cerca de 10 anos, tempo esse em que dormitou longo sono no Congresso porque havia legisladores interessados em nada mudar. O constituinte de 88 supôs ter descoberto a solução para o problema e estabeleceu que as

comissões técnicas podem "discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário..." (art. 58, § 2º, I). Apesar dessa providência, as matérias significativas vão a plenário, sofrendo o processo de "dormência" pelo simples fato de ter recebido pareceres divergentes em comissões. Foi um avanço — mas não uma solução.

A esse avanço, que é o reconhecimento de uma debilidade institucional, não se acrescentou a resposta à outra pergunta: quais são as funções do Congresso? Quando o Orçamento não se discute — porque o Congresso tem um enorme poder de emenda e o Executivo não se preocupa com que seja aprovado, pois assim pode governar ditatorialmente —, vê-se que o Congresso abdicou de sua principal função, que é aprovar uma política de governo. Que função terá, então?